

O PROJETO UNESCO E A AGENDA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL DOS ANOS 40 E 50*

Marcos Chor Maio

Nos anos de 1951 e 1952, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. As investigações foram desenvolvidas em regiões economicamente tradicionais, como o Nordeste, e em áreas modernas localizadas no Sudeste, tendo em vista apresentar ao mundo os detalhes de uma experiência no campo das interações raciais julgada, na época, singular e bem-sucedida, tanto interna quanto externamente.

O programa de estudos, que se convencionou denominar Projeto Unesco, não apenas gerou um amplo e diversificado quadro das relações raciais no Brasil, mas também contribuiu para o surgimento de novas leituras acerca da sociedade brasileira em contexto de acelerado processo de modernização capitalista. De uma outra perspectiva, o Projeto Unesco veio a possibilitar a análise das trajetórias sociais e intelectuais dos pesquisadores envolvidos, das redes internacionais de cientistas, dos conteúdos teórico-metodológicos que informaram as pesquisas e do estado da arte de determinadas disciplinas, especialmente a Antropologia e a Sociologia. Ou seja, o ciclo de investigações chancelado pela instituição intergovernamental

ofereceu uma oportunidade singular para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil dos anos 50.¹

Este artigo tem por objetivo descrever o processo de estruturação da pesquisa da Unesco no Brasil. Ao realçar a atuação de determinados atores sociais e suas respectivas visões a respeito do empreendimento a ser realizado no país, pôde-se verificar os elos de ligação entre as demandas da agência internacional e o leque de questões formuladas pelas ciências sociais brasileiras. Esta agenda, sintetizada por Arthur Ramos (1948) no final dos anos 40, colocava para a inteligência do país inserida no mundo universi-

* Este artigo, originalmente apresentado no GT Pensamento Social no Brasil, XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, outubro de 1998, é uma versão modificada de parte do capítulo II da minha tese de doutorado, *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*, defendida no IUPERJ em 1997, sob a orientação de José Murilo de Carvalho. Gostaria de agradecer a Ricardo Benzaquen de Araújo, Maria Armin da do Nascimento Arruda e Élide Rugai Bastos pelos comentários e sugestões. Cabe ainda registrar meus agradecimentos a Maria Júlia Goldwasser, Elizabeth Xavier e José Augusto Drummond pelo trabalho de tradução das citações.

tário o desafio de associar a qualificação profissional nos campos da Antropologia e da Sociologia e o incremento de pesquisas que pudessem decifrar o que o antropólogo considerava ser a singularidade brasileira, o “laboratório de civilização”. Para Arthur Ramos, o tema das relações raciais assumia um lugar privilegiado para a percepção e análise dos desafios da transição do tradicional para o moderno, do cenário de significativas desigualdades sociais e raciais, da diversidade regional e da busca em conformar, em definitivo, uma identidade nacional.

Neste sentido, o Projeto Unesco foi um agente catalizador. Uma instituição internacional, criada logo após o Holocausto, momento de profunda crise da civilização ocidental, procura numa espécie de anti-Alemanha nazista, localizada na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular. Por sua vez, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros haviam assumido como desafio intelectual não apenas tornar inteligível o cenário racial brasileiro, mas também responder à recorrente questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade. O êxito deste encontro entre propostas distintas contudo complementares foi a base de sustentação do Projeto Unesco. A descrição do processo de gestação dessa pesquisa revela a riqueza das articulações, das visões, as mudanças de percurso e a autonomia dos intelectuais neste contexto. Considero, enfim, que o programa de pesquisas realizado no Brasil guarda mais continuidades do que descontinuidades² com a tradição do pensamento social brasileiro.³

Arthur Ramos e a agenda das ciências sociais

Em meados de outubro de 1949, dois meses após assumir a direção do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, Arthur Ramos finalizou o delineamento de um plano de trabalho no qual estava previsto o incremento de investigações sociológicas e antropológicas no Brasil.⁴ Em sintonia com as crescentes preocupações da agência

internacional com os problemas do racismo e com as dificuldades socioeconômicas vividas pelos países subdesenvolvidos, Arthur Ramos considerava ser necessária, junto com o programa contra o analfabetismo já implementado pela Unesco em colaboração com o governo brasileiro, uma atenção especial ao “estudo dos grupos negro e indígena para a tarefa de sua integração ao mundo moderno”.⁵

Em junho de 1950, a 5ª sessão da Conferência Geral da Unesco, realizada em Florença, aprovou a realização de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil, mas Arthur Ramos, seu idealizador, havia falecido oito meses antes, sem chegar a definir com maiores detalhes o tipo de estudo que tinha em mente. No entanto, é notável que, mesmo sem sua participação no desenho definitivo da investigação, suas preocupações a respeito do Brasil estavam presentes tanto na versão final do Projeto Unesco quanto nos resultados das diversas pesquisas realizadas em seu âmbito.

Em um de seus últimos trabalhos (Ramos, 1948), de natureza programática, o antropólogo reiterava que o Brasil era um “laboratório de civilização”, expressão cunhada pelo historiador norte-americano Rudiger Bilden (1929, pp. 71-74). Apesar da crença no mito da democracia racial, suposta marca de distinção da sociedade brasileira (Ramos, 1943, p. 179), ele não deixou de reconhecer as profundas desigualdades sociais entre brancos e negros, bem como a existência do “preconceito de cor” no Brasil (Ramos, 1938, pp. 124-126). O problema da inserção dos negros na sociedade brasileira estava presente em sua obra, ora visto como uma questão social (Ramos, 1947, p. 132, e 1951, p. 146), ora percebido como dificuldade afeita à condição de minoria nos estados do Sul (Ramos, 1939, pp. 173-174, e 1942, pp. 62-63). Entretanto, Arthur Ramos registrou que só a partir da década de 1940 as ciências sociais brasileiras haviam iniciado o seu processo de qualificação profissional para tornar realmente inteligível esse “laboratório” (Ramos, 1948, p. 213).

Arthur Ramos acreditava que a institucionalização das ciências sociais em curso oferecia uma oportunidade singular para a superação da fase “livresc[a], literatóide” dos estudos antropológicos

sobre o índio e o negro (Ramos, 1948, pp. 214-215). A seu ver, destoando da experiência anterior de investigação dos cultos afro-brasileiros, conviria o estudo do passado escravocrata e suas implicações para o entendimento da situação racial brasileira, especialmente “a influência psico-sociológica dos grupos dominantes, não-negros, as relações de ‘raça’, os estereótipos de opiniões e atitudes, os fatores sociológicos da casta e da classe [...]” (*idem*, p. 219).

Em seu “programa da Antropologia brasileira”, Arthur Ramos ressalta a importância da elaboração de análises sistemáticas sobre os diversos grupos raciais e étnicos, tendo em vista o entendimento dos processos de mudança cultural inseridos nos diversos contextos históricos. Com um viés sociológico, ele assinala a relevância do estudo da inserção dos indivíduos em grupos, estratos e classes sociais, procurando a partir daí entender as desigualdades étnico-raciais (*idem*, p. 223). Em sua perspectiva,

só depois de realizadas séries inteiras de pesquisas desta ordem, poderemos nos aventurar a propor “interpretações” do Brasil, ensaios de conjunto ou planos normativos de ação, até agora reservados aos estudos impressionistas que podem ser muito interessantes, mas conduzem a generalizações apressadas e perigosas. [...] Do ponto de vista antropológico, não há uma “cultura” brasileira, mas “culturas” que só agora começam a ser estudadas e compreendidas. Ainda é cedo portanto para indagarmos do “caráter nacional” do seu *ethos*, em visões generalizadoras que lancem mão do critério histórico ou social. (*idem*, p. 224)

No final dos anos 40, Arthur Ramos já colocava em questão a ensaística das consagradas chaves explicativas sobre o Brasil elaboradas nos anos 20 e 30. Essa proposta, como observa Mariza Corrêa (1987, p. 21), “menos do que contestar aquelas grandes sínteses, parece que tratava de colocá-las entre parênteses, enquanto se verificava, no campo, a ‘realidade brasileira’”. Foi esta agenda das ciências sociais apresentada por Arthur Ramos que acabou por prevalecer no processo de estruturação do Projeto Unesco.

A escolha do Brasil

A “opção Brasil” guarda íntima relação com o contexto internacional da época. Após os resultados catastróficos da Segunda Guerra Mundial, a Unesco foi criada tendo como um de seus principais objetivos tornar inteligível o conflito internacional e sua conseqüência mais perversa, o Holocausto. A persistência do racismo, especialmente nos EUA e África do Sul, o surgimento da Guerra Fria e o processo de descolonização africana e asiática mantiveram a atualidade da questão racial. A Unesco, em perspectiva igualitária e universalista, estimulou a produção de conhecimento científico a respeito do racismo, abordando as motivações, os efeitos e as possíveis formas de superação do fenômeno.

No final dos anos 40, a luta da agência internacional contra a intolerância racial teve dois movimentos bastante significativos. Primeiro, a realização de uma reunião de especialistas, congregando predominantemente cientistas sociais, com o objetivo de debater o estatuto científico do conceito de raça. A 1ª Declaração sobre Raça (*Statement on race*), publicada em maio de 1950, por ocasião da 5ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, foi o primeiro documento, com apoio de um órgão de ampla atuação internacional, que negou qualquer associação determinista entre características físicas, comportamentos sociais e atributos morais, ainda em voga nos anos 30 e 40. O segundo movimento foi a escolha do Brasil, nessa ocasião, para ser objeto de uma ampla pesquisa sobre os aspectos que influenciariam ou não a existência de um ambiente de relações cooperativas entre raças e grupos étnicos, com o objetivo de oferecer ao mundo uma nova consciência política que primasse pela harmonia entre as raças (Maio, 1998b, pp. 383-405).

Desde o século XIX, relatos de viajantes, cientistas, jornalistas e políticos europeus e norte-americanos registraram uma certa surpresa com a convivência pacífica entre as raças e etnias (brancos, negros e índios) no Brasil. Essa imagem de um “paraíso racial”, em constante comparação com a turbulenta experiência norte-americana, contrastava vivamente com os receios das elites

brasileiras que, especialmente após a tardia abolição da escravidão e a fundação da República, concebiam a maciça presença dos negros e a intensa miscigenação, características visíveis do compósito racial brasileiro, como obstáculos à inserção do país na modernidade. Todavia, nas primeiras décadas do século XX, particularmente entre os anos 20 e 40, devido às transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil e à centralidade do debate intelectual acerca de uma versão definitiva da identidade nacional, houve a substituição da visão pessimista da contribuição das raças formadoras da sociedade brasileira por um enfoque positivo, no qual o intercuro racial transformou-se em indicador de tolerância e harmonia. A controversa crença numa democracia racial à brasileira, que teve no sociólogo Gilberto Freyre a mais refinada interpretação, tornou-se assim um dos principais alicerces ideológicos da integração racial e do desenvolvimento do país e foi suficientemente substantiva para atrair a atenção internacional.

Foi no contexto pós-genocídio nazista que o Brasil adquiriu ainda maior notoriedade quanto ao panorama de suas relações raciais e étnicas. A imagem positiva do país repercutiu no interior da Unesco. Em contrapartida, cientistas sociais envolvidos com o exame da realidade brasileira estavam cientes de que determinadas demandas haviam sido incluídas, com destaque, na pauta de discussões da agência internacional em regiões subdesenvolvidas — como os temas da industrialização, educação e ciência. Em junho de 1950, a “opção Brasil” foi aprovada na 5ª sessão da Conferência Geral da Unesco e, de junho a dezembro desse ano, foi definido o escopo da pesquisa no Brasil.

O Projeto Unesco em construção

Em abril de 1950, o antropólogo Alfred Métraux, com larga experiência de trabalho etnológico (índios e negros) tanto na América do Sul quanto na América Central, assumiu a direção do recém-criado Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco (Métraux, 1978). Ainda no primeiro semestre de 1950, o

antropólogo Ruy Coelho, ex-aluno de Roger Bastide na Universidade de São Paulo, e de Melville Herskovits na Universidade de Northwestern — onde defendeu tese de mestrado sobre os Caraíbas negros em Honduras —, tornou-se o principal assistente de Métraux. Os dois cientistas sociais foram os dirigentes da Unesco responsáveis pela coordenação do projeto de pesquisa a ser realizado no Brasil.

O Projeto Unesco contemplaria, de início, apenas a Bahia (Métraux, 1950). Para isso concorreu a existência de uma longa tradição de estudos sobre o negro na cidade de Salvador desde o final do século XIX, na qual se destacava o exame da forte influência da cultura africana. O cenário baiano parecia adequado aos propósitos da Unesco. A cidade, com expressivo contingente de negros, havia atraído, nos anos 30 e 40, diversos pesquisadores estrangeiros e era vista como um lugar privilegiado em termos de convívio entre as raças (Landes, 1947; Frazier, 1942; Pierson, 1942; Herskovits, 1943). Acrescenta-se o fato de que surgiu uma excelente oportunidade no começo da estruturação do Projeto Unesco. Menos de duas semanas após a decisão de Florença, em junho de 1950, Charles Wagley estabeleceu contatos com a instituição. Desde o final dos anos 30, o antropólogo norte-americano tinha estreitas ligações com o Brasil, seja no estudo de comunidades indígenas, seja por meio da aliança Brasil-EUA nos esforços concernentes à Segunda Guerra Mundial, trabalhando no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), ou, ainda, no envolvimento com um estudo de comunidade na Amazônia patrocinado pela Unesco (Wagley, 1957).

Métraux foi informado por Wagley, que se encontrava no Brasil, a respeito das atividades do convênio Universidade de Columbia/Estado da Bahia.⁶ Tratava-se de um projeto idealizado por Anísio Teixeira, então secretário estadual de Educação e Saúde, na gestão de Otávio Mangabeira (1947-1951), que tinha a intenção de conhecer a vida social de três comunidades rurais próximas a Salvador com o objetivo de colher subsídios para o desenvolvimento de futuras políticas públicas de modernização dessas áreas (Wagley, Azevedo e Costa Pinto, 1950).

Charles Wagley colocou-se à disposição da Unesco para a realização de um trabalho conjunto. A idéia foi bem acolhida por Alfred Métraux e Ruy Coelho, pois correspondia à utilização de um projeto de estudo “inteiramente montado e funcionando, [...] basta[ndo] imprimir-lhe a direção que desejamos”.⁷ Wagley sugeriu também a investigação sobre a cidade de Salvador, que ficaria sob a responsabilidade do médico-antropólogo Thales de Azevedo, um dos coordenadores do projeto Universidade de Columbia/Estado da Bahia. Ruy Coelho considerou válido o estudo da capital da Bahia, “já que os trabalhos em Salvador nos dariam uma idéia das condições de vida num centro urbano”.⁸ Nos meses seguintes, Wagley e a equipe da Unesco mantiveram correspondência para aceitar alguns detalhes da pesquisa na Bahia, além de levantar algumas hipóteses sobre o plano definitivo da investigação no Brasil.⁹

Nesse intervalo, quatro cientistas sociais se posicionaram pela ampliação do Projeto Unesco. Otto Klineberg, um dos responsáveis pela criação do Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo, entre 1945 e 1947, foi o primeiro a se manifestar. Ele trabalhava na interface Antropologia/Psicologia Social e desde os anos 20, influenciado pelo antropólogo Franz Boas, encontrava-se na linha de frente do combate ao racismo nos EUA, tendo participado da pesquisa de Gunnar Myrdal, *An American dilemma* (O dilema americano). Klineberg teve papel de destaque no processo de organização do Departamento de Ciências Sociais da Unesco e nutria enorme simpatia pelo Brasil, como se observa em algumas passagens da versão em português de seu livro *Introdução à Psicologia Social* (Klineberg, 1946). Entretanto, tinha uma visão distinta do futuro Projeto Unesco. Na sua opinião,

São Paulo e Salvador são tão diferentes em tantos aspectos que o fato de serem ambas cidades de grande porte me parece quase irrelevante neste caso. Acredito que seria muito importante estudarem-se as relações raciais sob um certo número de condições distintas e, nesse caso, é imprescindível que, mais uma vez, o estudo não fique

restrito à situação na Bahia e à sua volta. (Klineberg, 1950, p. 4)

Na mesma linha de reflexão de Klineberg, Wagley considerava que a investigação da Bahia não deveria impedir a oportunidade de estudos em outras regiões:

[...] quanto aos estudos urbanos sobre tensão racial (ou sua inexistência), me pergunto se Salvador não seria um tanto especial e se os estudos em São Paulo e no Rio de Janeiro não demonstrariam aspectos diferentes do quadro brasileiro de relações raciais em geral. Acabo de assistir ao Congresso Nacional do Negro no Rio [de Janeiro] e alguns dos trabalhos e algumas das discussões pareciam indicar diferenças entre Rio e São Paulo [...] ¹⁰

O sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto, um dos participantes do debate acerca do estatuto científico do conceito de raça — em dezembro de 1949, que resultou na 1ª Declaração Sobre Raça chancelada pela Unesco (maio de 1950) —, em correspondência com Alfred Métraux, manifestou o interesse de que a Unesco e o Departamento de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia, vinculado à então Universidade do Brasil, chegassem a um acordo no sentido de “realizar, no Rio de Janeiro, dentro do plano da Unesco, as sondagens e análises necessárias para a pesquisa das tensões raciais em área metropolitana do Brasil, analisando a situação racial brasileira na perspectiva de uma sociedade em franco processo de industrialização”.¹¹

Em setembro de 1950, Alfred Métraux entrou em contato com Roger Bastide, professor da Universidade de São Paulo desde 1938, importante referência nos estudos relativos à cultura afro-brasileira e autor de uma série de trabalhos sociológicos sobre o negro no Brasil (Bastide, 1973). Métraux revelou sua intenção de contar com a colaboração do sociólogo francês na pesquisa da Unesco. Roger Bastide já conhecia Alfred Métraux e tinham uma série de afinidades intelectuais e projetos em comum, como o do estudo dos negros nas Guianas.¹² Métraux afirmava na ocasião que

“naturalmente é na Bahia que concentraremos nosso principal esforço, mas pretendo realizar sondagem em outras regiões do Brasil e, nesse aspecto, necessitarei de seus conselhos. Quando chegar ao Brasil, entrarei em contato com o senhor, e discutiremos então aspectos bastante complexos dessa pesquisa.”¹³

Bastide respondeu à carta com entusiasmo. Ele acabava de representar a França no 1º Congresso do Negro Brasileiro, realizado em agosto de 1950 no Rio de Janeiro, sob o patrocínio do Teatro Experimental do Negro (TEN), uma associação político-cultural que teve sua fase áurea na virada da década de 1940. O evento tinha por objetivo aproximar cientistas sociais e intelectuais, de modo geral, do movimento negro, em busca da associação entre trabalho acadêmico e intervenção política, com a intenção de oferecer alternativas para a redução das desigualdades sociais existentes entre brancos e negros (Nascimento, 1982 [1968]).

O fórum promovido pelo TEN aproximava-se, segundo seu principal líder, Abdias Nascimento, dos “esforços das mais lúcidas inteligências e ricas culturas, instituições as mais representativas, como é o caso da Unesco, no sentido de dotar o mundo de um clima de segurança, de paz e liberdade pela via da compreensão e fraternidade entre os homens e os povos, acima das divisões e rivalidades motivadas por questões de origens raciais.” (Nascimento, 1950, p. 1).

Naquele momento, a posição do TEN guardava uma certa afinidade com a resolução da Unesco, aprovada dois meses antes, que escolheu o Brasil para servir de “laboratório socioantropológico”. Todavia, Nascimento alertava que a sociabilidade positiva brasileira no terreno das relações raciais não impedia as disparidades econômico-sociais existentes entre brancos e negros. Na verdade, o “problema do negro” não teria sido resolvido após a abolição da escravidão e a fundação da República (*idem*, p. 1).

Coube a Guerreiro Ramos, sociólogo e militante do TEN, apresentar uma tese na qual sugeria que o 1º Congresso do Negro Brasileiro procurasse sensibilizar o governo do Brasil no sentido de convencer a instituição intergovernamental a pa-

trocinar um Congresso Internacional de Relações de Raça (Guerreiro Ramos, 1982, pp. 237-238). A seu ver, a Unesco estava exercendo um importante papel no pós-Segunda Guerra, no processo de “integração das minorias raciais nos vários países onde elas se encontram mais ou menos discriminadas” (*idem*, p. 237). Para tanto, seria necessário que houvesse “sugestões práticas, evitando os estudos de ordem acadêmica ou meramente descritivos e que levam a uma consciência falsa do mesmo [da discriminação]” (*idem, ibidem*).¹⁴

O Congresso do TEN tentou oferecer uma alternativa à Unesco no que tange ao perfil do trabalho a ser desenvolvido no Brasil. Contudo, a proposta de Guerreiro Ramos só contemplava em parte os interesses da agência internacional. Se, por um lado, no terreno da ação política contra o racismo, a idéia de um Congresso Internacional de Relações de Raça poderia estar mais próxima de uma proposta de impacto político, por outro, a sugestão do TEN não incluía a proposta de uma investigação-piloto, de natureza acadêmica, adotada pela Conferência da Unesco em Florença.

Em setembro de 1950 foi publicada a declaração final do congresso patrocinado pelo TEN (Guerreiro Ramos, 1954, p. 2). A tese de Guerreiro foi incorporada na parte relativa às recomendações do evento, ao lado de uma outra sugestão que propunha “o estudo, pela Unesco, das tentativas bem-sucedidas de solução efetiva dos problemas de relações de raças, com o objetivo de prestigiá-las e recomendá-las aos países em que tais problemas existem” (Nascimento, 1982, p. 402). A resolução não teve repercussão imediata junto à Unesco. No entanto, as posições de Guerreiro Ramos com relação à proposta da agência internacional revelam um momento de disputa quanto à natureza política e/ou acadêmica do projeto a ser realizado. Acrescente-se o fato de que participaram do Congresso do TEN pelo menos dois cientistas sociais, Charles Wagley e Costa Pinto, que estavam em plena articulação com a Unesco na perspectiva de operacionalizar a pesquisa no Brasil.¹⁵ Logo em seguida Roger Bastide foi contatado por Alfred Métraux.

Em sua resposta a Métraux, Bastide, ainda sob o impacto do Congresso do TEN, considerava que o projeto não se deveria limitar ao trabalho de

pesquisa. Seria fundamental dar um sentido prático às reflexões teóricas, estimulando uma atitude cooperativa entre intelectuais brancos e associações negras. Desse modo, haveria a quebra de certos preconceitos e a diminuição das tensões que estavam sendo criadas, ao menos no sul do Brasil. O sociólogo francês revela a Métraux sua intenção de criar um centro de estudos da comunidade negra de São Paulo, abrangendo brancos e negros, que, entre outras coisas, poderia intervir junto aos poderes públicos.¹⁶

Os primeiros passos do *staff* em direção à montagem da pesquisa da Unesco indicam a existência de um cenário em aberto que foi sendo construído a partir do conhecimento prévio de cientistas sociais da agência internacional, ampliado pelos contatos e sugestões de pesquisadores nacionais e estrangeiros com alguma experiência de ensino e/ou pesquisa no Brasil. Esse processo ficaria ainda mais nítido ao longo do segundo semestre de 1950.

O Brasil visto de fora

Como vimos, entre junho e setembro de 1950, a Divisão de Estudos Sobre Problemas Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco manteve correspondência com alguns pesquisadores cotados para participar do projeto (Costa Pinto, Roger Bastide, Charles Wagley), afora Otto Klineberg e Paulo Estevão de Berredo Carneiro, chefe da delegação brasileira na Unesco, que teve papel decisivo na “opção Brasil”.¹⁷ Além disso, foram solicitadas a Giorgio Mortara, demógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informações e análises sobre a composição racial da população brasileira.¹⁸ Em setembro, Alfred Métraux e Ruy Coelho, a partir dos comentários de Otto Klineberg (1950),¹⁹ elaboraram a versão final²⁰ do documento que serviria de apoio à decisão definitiva sobre o escopo da pesquisa (Métraux e Coelho, 1950). Pode-se creditar a Ruy Coelho²¹ a parte mais substantiva do documento, especialmente no que se refere ao estado da arte das ciências sociais no Brasil e a algumas sugestões a respeito dos aspectos a serem explorados pelo estudo.

A introdução desse trabalho apresenta uma breve análise da evolução histórica das pesquisas sobre a temática racial no Brasil. Esses estudos, segundo os autores do documento, avaliam que as relações raciais “nunca foram considerados problemas em si, mas parte dos problemas sociais mais gerais do Brasil” (Métraux e Coelho, 1950, p. 1). A abolição da escravidão e a proclamação da República teriam resolvido, aparentemente, o “problema do negro” e, por isso, até os anos 30 do século XX, a literatura privilegiaria os estudos da cultura afro-brasileira, destacando-se as obras de Nina Rodrigues e Arthur Ramos. As mudanças econômicas e políticas fomentadas pela Revolução de 30 colocaram em evidência os esforços de reflexão dos intelectuais acerca da identidade nacional. O melhor exemplo caberia a *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre, “o mais importante marco do período” (*idem, ibidem*).

Os anos 30 também propiciaram o surgimento de uma nova estrutura de ensino superior, com a criação dos cursos de ciências sociais no Rio de Janeiro e especialmente em São Paulo, quando surge a preocupação com a pesquisa social sistemática por parte da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). Investigações acerca das relações entre negros e brancos e sobre os processos de assimilação e aculturação dos imigrantes (alemães e japoneses) são os casos citados no documento. Em destaque aparecem Donald Pierson, Roger Bastide e Emilio Willems. Foi nesse período que alguns pesquisadores norte-americanos, como Ruth Landes, Franklin Frazier e Melville Herskovits, estiveram na Bahia interessados em diversos aspectos antropológicos e sociológicos da população negra.

Alfred Métraux e Ruy Coelho registram a carência de estudos sobre o padrão de relações raciais existente no Brasil. O livro de Donald Pierson (1942), *Negroes in Brazil*, era uma referência obrigatória. Entretanto, o trabalho de Pierson suscitou certas indagações quanto à pertinência da utilização de determinadas técnicas de pesquisa para abordar a presença do preconceito racial no país. Segundo Métraux e Coelho (1950, p. 3):

É duvidoso, por exemplo, que o uso de questionários que lidem diretamente com atitudes raciais dê

um retrato adequado da situação. Deve-se ter em mente que, no Brasil, considera-se uma vergonha o fato de se ter preconceito racial. Como resultado disso, tais preconceitos, quando realmente existem, podem assumir formas ocultas e sutis que não são reveladas pela técnica de questionários. Parece-me, portanto, essencial que se acrescentem outros métodos e técnicas que permitam chegar-se a uma compreensão mais completa do padrão das relações raciais no Brasil.

É interessante observar que, embora o Brasil fosse considerado um país dotado de relações raciais harmoniosas, especial atenção deveria ser atribuída às formas particulares e muitas vezes sutis de manifestação do preconceito racial. Para isso, seria aconselhável utilizar outros recursos metodológicos como entrevistas qualitativas, observação participante, aferição de certas atitudes com base na escala de distância social do sociólogo Emory Bogardus e o teste de Rorschach (Métraux e Coelho, 1950, pp. 6-9). Mais uma vez fica evidente que a “opção Brasil” da Unesco não impediu, já no desenho original da pesquisa, o olhar atento de cientistas sociais que procuravam captar as formas específicas de manifestação do racismo no país.

Métraux e Coelho acreditavam que o Brasil era um bom ponto de partida. Na medida em que “conceitos tais como harmonia e boas ou más relações raciais são forçosamente relativos, um ponto de vista comparativo se imp[unha] [...] não apenas entre os Estados Unidos e o Brasil, mas também entre outros países sobre os quais [houvesse] informação disponível” (*idem*, pp. 3-4).²² Os estudos deveriam levar em conta o padrão de vida de brancos e não-brancos, incluindo salários, tipos de ocupação e, de modo mais abrangente, a influência da variável raça no processo de competição no mercado de trabalho, bem como a interferência da religião na dinâmica das relações raciais. Sob a influência de Otto Klineberg (1950, pp. 4-6), eles destacaram o valor da utilização de técnicas oriundas da Psicologia Social, especialmente no estudo dos estereótipos e dos tipos de personalidades em grupos minoritários (Métraux e Coelho, 1950, pp. 6-9). Por fim, ainda acreditavam, naquele momento, que a Bahia seria o principal foco do

Projeto Unesco. Como afirmam: “[...] os aspectos culturais e sociais das pesquisas ficarão sob a responsabilidade do Dr. Charles Wagley e sua equipe [...] Pesquisas adicionais serão necessárias fora da Bahia.” (*idem*, p. 9).

Métraux descobre o Brasil

Embora já conhecesse o Brasil, Alfred Métraux considerava de suma importância uma viagem ao país a fim de “prever a natureza dos problemas que devem ser estudados e, em seguida, ter uma idéia nítida das instituições e personalidades científicas que possam se encarregar da execução dessa parte de nosso programa” (Métraux, 1951a, p. 1). O antropólogo visitou o Brasil no final de 1950. Antes da viagem, começou a reconhecer o fato de que o Brasil não era a Bahia. Em conversa com Paulo Estevão de Berredo Carneiro, em Paris, constata que “a questão racial no Brasil demonstra um caráter muito diferente conforme as regiões, e é indispensável levar em conta as zonas geográficas de modo que as pesquisas previstas nos forneçam um quadro válido para o conjunto do país (*idem, ibidem*).

Na introdução do relatório oficial da viagem ao país, Métraux revela as personagens-chave na montagem do projeto no Brasil. De início, menciona Charles Wagley, que a partir de contatos prévios indicou a possibilidade de o Projeto Unesco vir a ser inserido no programa Universidade de Columbia/Estado da Bahia. Em seguida, cita Costa Pinto, “que, na condição de amigo do Dr. [Arthur] Ramos, inspirou a resolução adotada pela [5ª sessão da] Conferência Geral [da Unesco]”.²³ Por último, refere-se a Roger Bastide, professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que “nos expressou também, em diversas oportunidades, seu interesse pelo projeto e manifestou o desejo de nos dar sua contribuição, bem como a de seus colaboradores” (*idem, ibidem*).

Ao chegar à Bahia, Métraux manteve contatos com Anísio Teixeira e Charles Wagley e confirmou a realização da pesquisa não apenas nas comunidades rurais, como estava previsto no Projeto Universidade de Columbia/Estado da Bahia,

mas também na cidade de Salvador. Caberia a Thales de Azevedo a realização de um estudo sobre a ascensão social dos negros e as tensões individuais e sociais decorrentes de tal processo de mobilidade na capital baiana.

O representante da Unesco teve acesso a dados socioeconômicos sobre a Bahia e visitou a recém-criada Fundação para o Desenvolvimento da Ciência no Estado da Bahia, instituição de amparo à pesquisa criada por Anísio Teixeira. Além disso, esteve em duas das três comunidades rurais que estavam sendo investigadas (*idem*, pp. 2-4).

Na semana seguinte, Métraux viajou para o Rio de Janeiro. No encontro com Costa Pinto,²⁴ convenceu-se da importância da pesquisa no então Distrito Federal, tendo em vista os argumentos do sociólogo brasileiro, que considerava de suma importância estudar as relações raciais inseridas em um contexto de modernização. Este tema vinha ao encontro dos objetivos da Unesco, que havia definido na conferência de Florença uma linha de investigação sobre os impactos da industrialização em áreas subdesenvolvidas (*idem*, p. 4).

Em 8 de dezembro de 1950, Métraux chegou a São Paulo e viu-se diante da tarefa de estabelecer negociações entre os professores da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo, na medida em que eram, segundo o antropólogo, “instituições rivais” (Métraux, 1951a, p. 5; ver Limongi, 1989). Métraux encontrou-se com os diretores das duas instituições (Fernando de Azevedo e Cyro Berlinck) para expor os objetivos da Unesco. A ELSP e a FFCL gozavam de grande prestígio junto à equipe da agência internacional. Antes mesmo de ser definida a “opção Brasil”, Donald Pierson já havia sido sondado sobre a possibilidade de vir a participar de uma pesquisa no Brasil. No início de fevereiro de 1950, o diretor interino do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, o sociólogo Robert Angell, solicitara informações a respeito da ELSP. Pierson apresentou um breve relatório dos cursos, das pesquisas e do corpo docente da instituição brasileira e colocou-se à disposição da Unesco para uma futura parceria. No final da carta, revelou seu interesse em participar de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil.²⁵

De início, Donald Pierson e Roger Bastide foram escolhidos para dirigir a pesquisa em São Paulo. No entanto, a visita de Métraux ocorreu no momento em que o sociólogo americano já estava comprometido com um amplo estudo de comunidade no vale do rio São Francisco. Donald Pierson sugeriu, em seu lugar, o sociólogo Oracy Nogueira, professor da ELSP.

A principal referência de Métraux em São Paulo era Roger Bastide, que aceitou participar da pesquisa e presidir um comitê, com representantes da FFCL e da ELSP (Mario Wagner Vieira da Cunha, Oracy Nogueira e Octavio da Costa Eduardo), responsável pelo projeto em São Paulo (Métraux, 1951a, p. 5).²⁶ Utilizando a mesma linha de raciocínio aplicada ao Rio de Janeiro, Métraux considerava extremamente importante a pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo, pois era um estado em rápido processo de industrialização e urbanização que estaria indicando sinais claros de tensões raciais.

São Paulo, da mesma forma que o Rio de Janeiro, foi inserido no Projeto Unesco para servir de contraponto à experiência baiana. Essas duas cidades poderiam retratar as diversas nuances da situação racial brasileira. Métraux afirmava que a elaboração de uma pesquisa numa cidade em fase de acelerado desenvolvimento econômico “nos apresenta uma oportunidade única para conhecer os fatores susceptíveis de provocar antagonismos raciais que, outrora, se achavam em estado latente ou careciam de virulência”. A pesquisa em São Paulo expressava, de certo modo, a tensão entre política e ciência, entre as expectativas iniciais da Unesco com respeito ao Brasil e o Projeto Unesco. Isto fica bem nítido no relatório oficial da viagem ao Brasil, no qual Métraux afirma que “[...] descartar os problemas novos para nos limitarmos a um estado de coisas já estabelecido, mas ultrapassado, seria trair o espírito científico que deve animar nossa investigação. A pesquisa da Bahia oferece apenas uma imagem incompleta da questão racial no Brasil” (*idem, ibidem*). Em carta a Melville Herskovits, ele dizia:

Contrariamente a meus planos anteriores, a Bahia não será mais o foco de nosso projeto. Estudare-

mos as relações raciais como estas aparecem em quatro comunidades e nos concentraremos no problema de mobilidade social na cidade de Salvador. Por outro lado, deveremos nos concentrar na situação racial em São Paulo, que está em vias de se deteriorar rapidamente. Dr. Costa Pinto empreenderá um estudo semelhante — porém em menor escala — no Rio de Janeiro. Espero conseguir, no final do ano, um quadro da situação racial no Brasil que seja próximo da realidade e que cubra, ao mesmo tempo, tanto seus aspectos positivos quanto os negativos.²⁷

O processo de redefinição do ciclo de estudos que viriam a ser realizados pela Unesco revela o grau de autonomia dos cientistas sociais envolvidos no projeto, especialmente no que tange às relações entre as demandas da agência internacional e suas diversas traduções em solo brasileiro. As revelações de Alfred Métraux no relatório oficial de sua “expedição” ao Brasil em 1950 são um indicador preciso das mudanças de percurso.

Contudo, o desenho definitivo do Projeto Unesco só ocorreria no ano seguinte, quando, em nova visita ao Brasil, Métraux incorporou a cidade de Recife. Os contatos entre o Instituto Joaquim Nabuco (IJN), órgão criado por Gilberto Freyre em 1949, e a Unesco começaram no primeiro semestre de 1951. Freyre mostrou-se interessado em estabelecer um cronograma de atividades junto à agência internacional, com o intuito de fortalecer institucionalmente o recém-criado centro de pesquisas regional. Em agosto de 1951, esteve na Unesco e sugeriu que o IJN fosse convidado a fazer parte da pesquisa sobre relações raciais no Brasil (Métraux, 1952, p. 1). A proposta foi aceita de imediato, dado o prestígio de Freyre. O sociólogo pernambucano foi o primeiro brasileiro a ser convidado para ocupar o cargo de Diretor do Departamento de Ciências Sociais da Unesco.²⁸ René Ribeiro, ex-aluno de Melville Herskovits na Universidade de Northwestern e responsável pelo Setor de Antropologia do IJN, desenvolveu uma pesquisa acerca da influência das diversas religiões (catolicismo, protestantismo e cultos africanos) sobre as relações raciais em Recife (*idem*, p. 2; ver também Freston, 1989, e Maio, 1999b).

As pesquisas da Unesco foram realizadas entre 1951 e 1952. Vários aspectos influenciaram na escolha e no desenvolvimento dos diversos projetos. De início, contribuiu a presença de uma tradição de estudos raciais, sobretudo na Bahia e em São Paulo. Acrescente-se a existência de centros de ensino e pesquisa, principalmente na cidade de São Paulo. Cabe lembrar que o Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco era dirigido por cientistas sociais (Alfred Métraux e Ruy Coelho) que tinham um razoável conhecimento dos estudos étnico-raciais realizados no Brasil. Não menos importante era a preocupação da agência internacional, a partir de 1950, com os processos de industrialização e seus impactos em regiões subdesenvolvidas. Dessa forma, pode-se compreender, em parte, a inclusão das pesquisas realizadas no Sudeste do Brasil. Convém observar também que prestígio intelectual, relações pessoais, elaboração de trabalhos anteriores e experiências internacionais foram determinantes nos estudos de caso. Roger Bastide conhecia Alfred Métraux e tinham uma série de afinidades intelectuais e projetos em comum. Por sua vez, Wagley já investigava o Brasil desde o final dos anos 30. A presença de Costa Pinto na pesquisa da Unesco deve-se, em grande parte, às suas relações profissionais e pessoais com Arthur Ramos. No caso do Recife, a obra de Gilberto Freyre já havia alcançado reconhecimento internacional.

Por último, é importante ressaltar a influência do movimento negro, por meio do Congresso do Negro Brasileiro de 1950, que teve um certo impacto sobre, pelo menos, três sociólogos que vieram a participar do Projeto Unesco — Charles Wagley, Roger Bastide e Costa Pinto. Indo além, o evento patrocinado pelo Teatro Experimental do Negro procurou mudar a natureza do projeto, atribuindo-lhe um caráter nitidamente político.

Projeto Unesco: frustração ou revelação e confirmação?

Freqüentemente se afirma que a pesquisa da Unesco frustrou as expectativas iniciais da instituição (Andrews, 1991, pp. 3 e 7; Winant, 1994, p. 131; Viotti da Costa, 1985, p. 238; Hasenbalg, 1996, pp. 238-239; Skidmore, 1993[1974], pp. 215-216).

Na esperança de encontrar a chave para a superação das mazelas raciais vividas em diversos contextos internacionais, a agência intergovernamental teria acabado por se ver diante de um conjunto de dados sistematizados sobre a existência do preconceito e da discriminação racial no Brasil.

De fato, havia dentro da organização uma imagem positiva do país em matéria racial. Numa época em que a Unesco procurava tornar inteligível o genocídio nazista, no intuito de impedir que o fenômeno viesse a repetir-se, a instituição assumiu como um dos seus principais objetivos criticar e, com isso, eliminar a validade científica do conceito de raça. Neste caso, o Brasil apresentava-se como um “laboratório socioantropológico” privilegiado para desqualificar a importância conferida aos constructos raciais em nome da promissora experiência de miscigenação e assimilação.

Todavia, o projeto desenvolveu-se de forma mais complexa. A simpatia que a Unesco nutria pelo Brasil não foi suficiente para determinar o escopo definitivo do estudo e seus resultados. Conforme já demonstrado, a pesquisa da Unesco a princípio só seria realizada na Bahia. A opção preferencial pelo cenário baiano parecia adequar-se à imagem do Brasil como uma democracia racial, onde a interação entre as raças seria harmoniosa. No entanto, os objetivos da investigação foram ampliados, graças sobretudo à atuação de Charles Wagley, Costa Pinto, Roger Bastide, Ruy Coelho e Otto Klineberg, acrescida da visita de Alfred Métraux ao Brasil, no final de 1950, após a qual ele veio a afirmar que o caso paulista seria “susceptível de alterar a imagem talvez demasiadamente otimista que se fazia do problema racial no Brasil” (Métraux, 1951a, p. 5).

No primeiro semestre de 1951, cinco meses após visitar o Brasil, Alfred Métraux publicou um balanço de sua viagem na revista *Courier*, da Unesco, sob o sugestivo título “Brasil: terra de harmonia para todas as raças?” (“Brazil: land of harmony for all races?”). Nele, o autor apresentou um painel contrastante do cenário racial brasileiro (Métraux, 1951b, p. 3). De início, Métraux tece alguns comentários históricos, antropológicos e sociológicos sobre Salvador. Do seu ponto de vista, “a grande ‘metrópole negra’ brasileira” cau-

sava uma impressão paradoxal: por um lado, era visível a forte presença da cultura africana; por outro, o número de pessoas “realmente negras” era pequeno. Na sua visão, a Bahia era uma terra mestiça que estaria criando uma “nova raça” no continente (*idem, ibidem*).²⁹ A intensa miscigenação, segundo o antropólogo, gera ausência de preocupação quanto à identidade racial. A seu ver, são os problemas de natureza social que prevalecem. A partir de suas leituras de Gilberto Freyre, Donald Pierson e Frank Tannenbaum, Métraux chega à conclusão de que a herança portuguesa formara um modelo de escravidão mais humano do que na América anglo-saxônica, permitindo assim a ascensão de mulatos e negros. Sem dúvida, há uma visão idílica de Métraux sobre o Brasil. No entanto, ele oscila em seus “retratos do Brasil”.

Ainda que reconheça aspectos positivos do legado ibérico, Métraux chama a atenção para o risco de se adotar uma visão simplificadora das relações raciais no Brasil, salientando a necessidade de se analisar, por exemplo, as relações matrimoniais. Embora o autor indique a existência de freqüentes casamentos inter-raciais, eles acontecem, em geral, entre pessoas da mesma classe e raramente entre pessoas em posições extremas no complexo sistema de classificação das cores no Brasil (*idem, ibidem*). Essa ilustração não impede que Métraux considere o Brasil “um exemplo de país onde as relações entre as raças são relativamente harmoniosas”. Todavia, registra que “seria um exagero [...] afirmar que o preconceito racial é ignorado”. Haveria uma série de estereótipos em relação ao negro. Além disso, quanto mais se ascende na escala social, mais evidente se torna o preconceito de cor. Nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, existiria um “racialismo inequívoco” entre os trabalhadores, suscitado pela competição nas áreas em processo de industrialização (*idem, ibidem*). O antropólogo atribui a existência do racismo no Sudeste do país ao passado escravocrata que ainda mantém os negros em condições desfavoráveis na disputa com os brancos. Nesse sentido, as dificuldades dos negros não seriam creditadas à sua cor, e sim, à posição que ocupam na hierarquia social. Suas expectativas

convergiriam para a educação, canal por meio do qual acreditam que poderão ascender socialmente.

Métraux minimiza os efeitos da discriminação racial no Brasil, haja vista que a força da tradição impede que os conflitos interétnicos sejam aceitos, o que torna mais fácil “solucionar o dilema no Brasil. Os intelectuais brasileiros são orgulhosos da democracia racial que eles engendraram” (*idem, ibidem*). Por fim, declara que “a ansiedade demonstrada pelos sociólogos que vêm trabalhando com a Unesco para explorar todos os aspectos, tanto favoráveis quanto desfavoráveis, demonstra o sentimento de segurança com que, em toda parte, os brasileiros consideram a situação racial no país” (*idem, ibidem*). Em seu artigo, não destituído de surpresas, ambigüidades, imprecisões e otimismo, Métraux revela não apenas os motivos que levaram à definição da ampla pesquisa da Unesco no Brasil, mas também a difícil e tensa relação entre racismo e mito da democracia racial brasileira. Essa tensão permanecerá ao longo do Projeto Unesco.

Considerações finais

A visita de Alfred Métraux ao Brasil, no final de 1950, serviu de agente catalisador da pesquisa. Enquanto os sociólogos e antropólogos envolvidos no projeto iniciavam a pesquisa, o chefe do Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco já tornava público a diversidade da situação racial brasileira. Neste sentido, o diagnóstico de Métraux respondia, em parte, no início dos anos 50, aos desafios lançados por Arthur Ramos em sua proposta de análise do mosaico brasileiro. Os resultados do ciclo de pesquisas da Unesco seriam o complemento indispensável.

Em seu trabalho sobre o preconceito racial em perspectiva comparada, Nogueira (1955b) apresenta uma breve classificação dos estudos referentes ao negro no país. O Projeto Unesco, segundo o autor, inaugura a etapa do estudo sistemático da “situação racial” brasileira, definido pelos seguintes critérios: 1º) delimitação da área de investigação com o intuito de viabilizar uma coleta contínua e intensiva de dados, capaz de garantir uma sólida base empírica para o estudo; 2º) apresentação objetiva dos dados utilizados, visando à

comparação com outras pesquisas e à produção de novas análises; 3º) estabelecimento de analogias entre a situação racial brasileira e a de outros países, em especial, os Estados Unidos; 4º) inteligibilidade da complexa “situação racial” do país, em seu conjunto, pela comparação e síntese, potencializando o surgimento de novos estudos de caso em distintas localidades do Brasil (*idem*, p. 412). Dessa forma, o “programa da Antropologia brasileira” proposto por Arthur Ramos, que resultou, em parte, no Projeto Unesco, acabou por se realizar.

No entanto, Arthur Ramos, em sua proposta de agenda para as ciências sociais, indagava-se também sobre a validade de se considerar a existência de um “caráter nacional” ou de um “*ethos* nacional” (Ramos, 1948, p. 224). Vale a pena nos estendermos um pouco sobre o tema. Para isso, vou me basear em algumas reflexões de Florestan Fernandes, talvez o sociólogo que tenha obtido maior visibilidade entre os pesquisadores envolvidos nos estudos da Unesco.

Em dezembro de 1959, Florestan Fernandes concluía o prefácio do livro *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. A pesquisa, patrocinada por duas agências governamentais (INEP/CAPES), contou com o apoio de Anísio Teixeira e Charles Wagley. Ela era o desdobramento do Projeto Unesco para o sul do país, que até aquela altura ainda não havia sido contemplado. A coleta do material empírico foi realizada em 1955 e o trabalho concluído em 1957 (Cardoso e Ianni, 1960, pp. xxxix-xi). O estudo era o exemplo mais bem acabado da influência do Projeto Unesco no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. A investigação representava o primeiro resultado de maior vulto da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sob a coordenação de Florestan Fernandes.

No prefácio de *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, Florestan considera que os estudos sobre as relações raciais seriam um indicador preciso do amadurecimento das ciências sociais no Brasil. Afora a importância das preocupações teóricas e empíricas que mobilizariam os cientistas sociais, ao ampliarem os conhecimentos acerca dos padrões de relações raciais existentes no país,

haveria um interesse em responder questões de natureza imediata e de caráter político. Como afirma Florestan:

Ninguém ignora o quanto a heterogeneidade cultural e racial afetou, está afetando e continuará a afetar as possibilidades de desenvolvimento da “civilização ocidental” no Brasil. Sob esse aspecto, as questões pertinentes ao assunto possuem o caráter de *problema nacional*, o que confere às investigações realizadas ou em curso um interesse prático iniludível. (Fernandes, 1960, p. xi; ênfases do autor)

No entanto, o sociólogo paulista lamenta que a sociedade em geral não esteja atenta para o significado das pesquisas em andamento. Esse fenômeno é atribuído por Florestan Fernandes à crença de que o Brasil vive sob a égide de uma democracia racial. Envoltos por essa ideologia, os “leigos” dificultam o surgimento de uma mentalidade de novo tipo capaz de canalizar esforços na direção de uma sociedade industrial democrática tanto em termos políticos quanto sociais (*idem*, pp. xi-xii).

Seria função do sociólogo, segundo Florestan, desvendar os fundamentos da estrutura social, no intuito de indicar os mecanismos de reprodução do racismo. Dessa forma, ficariam evidentes os “obstáculos à mudança social” (*idem*, pp. xii-xiii; ênfase do autor). Nesse ponto ele é categórico:

Não existe democracia racial efetiva [no Brasil], onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a “raças” distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências de “bom tom”, de um discutível “espírito cristão” e da necessidade prática de “manter cada um em seu lugar”. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a acima dos princípios da ordem social democrática. (*idem*, p. xiv)

Entretanto, afirma Florestan, o desenvolvimento da “civilização ocidental no Brasil” — a

saber, industrialização, democratização da riqueza e do poder e progresso social — deve estar informado por “nossa herança sociocultural”, pois “um povo que estimule programas rápidos de mudança cultural, sem orientá-los segundo critérios inteligentes e construtivos, paga preços exorbitantes pelo progresso social.” (*idem*, p. xvi).

Florestan observa que a modernidade “é suficientemente rica e plástica para permitir amplas diferenças entre os sistemas culturais nacionais, que se organizam através de seus valores ideais básicos”. Caberia, segundo ele, incrementar a consciência de cidadania e o exercício mais eficaz da democracia, sem, com isso, cancelar “a tolerância convencionalizada nas relações raciais e o mínimo de sobrançeria, que caracteriza a expressão assumida pelo individualismo e pela autonomia da pessoa quer em nosso *homem culto*, quer em nosso *homem rústico*.” (*idem, ibidem*, ênfases do autor).

Florestan, sem dúvida, nos surpreende ao considerar que aquilo que nos condena é também a fonte que pode nos redimir. O sociólogo paulista, que desenvolveu uma série de reflexões sobre o antagonismo entre civilização e “cultura de *folk*”, e interessado, sobretudo, no debate sobre as resistências culturais à mudança, indica que “a tolerância convencionalizada nas relações raciais”, um elemento de nossa tradição — que poderia ser traduzido, por exemplo, pela cordialidade, pela “pessoalidade” —, é um valor a ser preservado seja pela *intelligentsia*, seja pelos setores subalternos.

Diante do processo avassalador de desenvolvimento econômico, urbanização e mobilidade social que chega ao auge na era JK, e convicto de que as desigualdades raciais são um “problema nacional”, Florestan alerta para os possíveis efeitos perversos da ausência de parâmetros socioculturais que regulem a expansão desenfreada do capitalismo no Brasil, lacuna essa que impediria uma verdadeira reforma social à brasileira. Nesse sentido, o sociólogo reconhece aspectos positivos da sociabilidade no campo das relações raciais e revela a condição paradoxal da convivência do racismo com o mito da democracia racial, tendo em vista a relevância dos aspectos culturais que se apresentam no jogo das relações sociais.

O desafio lançado por Arthur Ramos, no final dos anos 40, sobre a possível existência de um *ethos* nacional, transforma-se em “problema nacional” nos anos 50, na perspectiva sociológica de Florestan Fernandes, não cancelando as tensões entre tradição e modernidade. Em tempos de globalização, de controvérsias entre visões universalistas e particularistas, de desafios colocados pelo multiculturalismo, de debates sobre políticas públicas racializadas, o Projeto Unesco ainda se constitui, sem dúvida, num importante ponto de referência para reflexões sobre os dilemas da sociedade brasileira.

NOTAS

- 1 Os resultados das pesquisas do Projeto Unesco foram publicados em Wagley *et al.* (1952), Azevedo (1953), Costa Pinto (1953), Bastide e Fernandes (1955), Nogueira (1955a) e Ribeiro (1956). Sobre a história do Projeto Unesco, ver Maio (1997a).
- 2 Ianni (1966), em análise sobre o contexto de emergência dos estudos sobre as relações raciais no Brasil, estabelece um elo de ligação entre o Projeto Unesco e a tradição do pensamento social brasileiro. Como observa o sociólogo: “[...] as iniciativas da Unesco e outras instituições estrangeiras colaboraram no desenvolvimento das investigações sobre o assunto. Note-se que dizemos ‘colaboraram’ e não ‘iniciaram’. Na verdade, esses institutos encontraram condições favoráveis à sua realização, inclusive nos meios acadêmicos, sendo chefiados por especialistas brasileiros (Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, Oracy Nogueira, L.A. Costa Pinto e outros). Note-se que foram as preocupações *humanitárias* da Unesco que a levaram a iniciar essas pesquisas, pois que se havia difundido também no exterior que no Brasil reinava a ‘democracia biológica’. Recordemos, entretanto, que, antes das iniciativas da Universidade de Chicago e da Unesco, já se realizavam no país investigações científicas a respeito das relações raciais em geral, desde alguns aspectos da integração sócio-cultural dos indígenas, ou as técnicas de infiltração social dos mulatos, até a análise dos produtos marginais da assimilação dos alemães.” (*idem*, p. 71; ênfase do autor).
- 3 Vilhena (1997) assinala a centralidade da reflexão sobre o negro na tradição das ciências sociais no Brasil, sobretudo a análise da escravidão no período colonial e ao longo de meio século de nação independente, e o lugar que ocupam os negros na formação da sociedade e da cultura brasileiras. Ressalta, ainda, o aspecto singular que essa reflexão assumiu no conjunto de estudos que se inscrevem, segundo o antropólogo, na “rubrica pensamento social brasileiro”. A seu ver, se o pensamento social brasileiro “se refere de forma relativamente vaga às diversas reflexões sobre temas sociais e políticos produzidos neste país, esse conjunto acaba ganhando alguma unidade na medida em que se verifica a recorrência obsessiva desse esforço de auto-reflexão. O adjetivo obsessivo passa a se referir não apenas ao fato desse ‘pensamento’ se ter produzido no Brasil, mas também ao fato de ele se ter freqüentemente referido a este país e a seus problemas em se definir como uma nação moderna” (*idem*, p. 128). Enfim, o tema da inserção do negro na modernidade é uma “obsessão” centenária do pensamento social brasileiro.
- 4 Carta de Arthur Ramos a Alceu Maynard de Araújo, 27/10/1949, *apud* Azeredo (1986, p. 215).
- 5 Carta de Arthur Ramos a Clemente Mariani, 14/10/1949. Correspondência Familiar, Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional.
- 6 Carta de Charles Wagley a Alfred Métraux, 18/6/1950, p. 1. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part I up to 30/VI/50 (BOX REG 145), Unesco Archives.
- 7 Carta de Ruy Coelho a Charles Wagley, 27/7/1950, p. 1. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), Unesco Archives.
- 8 Carta de Ruy Coelho a Charles Wagley, 27/7/1950, p. 2. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), Unesco Archives.
- 9 Carta de Charles Wagley a Alfred Métraux (provavelmente entre o final de julho e início de agosto); carta de Charles Wagley a Ruy Coelho, 6/9/1950; carta de Alfred Métraux a Charles Wagley, 14/9/1950. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), Unesco Archives.
- 10 Carta de Charles Wagley a Ruy Coelho, 6/9/1950, p. 2. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), Unesco Archives.
- 11 Carta de Luiz de Aguiar Costa Pinto a Alfred Métraux, 31/7/1950, p. 1. Em carta a Alfred Métraux na qual apresenta o seu primeiro relatório de pesquisa, Costa Pinto foi ainda mais enfático, considerando acertada a decisão do *staff* de não circunscrever a pesquisa à Bahia, que representava um quadro de relações tradicionais. Em contraposição, as pesquisas nas áreas metropolitanas, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, revelariam os elementos de mudança na sociedade brasileira. Carta de Luiz de Aguiar Costa Pinto a Alfred Métraux, 1/9/1951, p. 3. Statement on race. REG file 323.12 A 102. Part I (Box REG 146), Unesco Archives. Sobre a participação de Costa Pinto no Projeto Unesco, ver Maio (1998a e 1999a).
- 12 Carta de Roger Bastide a Alfred Métraux, 13/5/1950. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part I up to 30/VI/50 (BOX REG 145), Unesco Archives.
- 13 Carta de Alfred Métraux a Roger Bastide, 18/8/1950. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), Unesco Archives.
- 14 Desde 1948, Guerreiro Ramos vinha assumindo uma posição crítica em relação aos estudos sobre a cultura afro-brasileira. A seu ver, esses estudos (históricos, folclóricos e antropológicos) não contribuíam para o entendimento da vida social dos negros no Brasil contemporâneo, ou seja, para superar as desigualdades sociais entre brancos e negros. Indo além, Guerreiro

- Ramos, no Congresso do TEN, revelaria o padrão de trabalho sociológico que deveria nortear as ciências sociais no Brasil e que foi objeto de controvérsia durante a década de 1950. Sobre Guerreiro Ramos, ver Oliveira (1995b). Sobre o tema das relações raciais no pensamento de Guerreiro Ramos, ver Maio (1996).
- 15 Por ocasião da participação de Costa Pinto no 1º Congresso do Negro Brasileiro, ainda não estava desenhado o escopo definitivo da pesquisa da Unesco a ser realizada no Brasil, tampouco a equipe de cientistas sociais que seria incorporada ao projeto. No debate da tese de Guerreiro Ramos (“A Unesco e as relações de raça”), Costa Pinto apoiou a mesma, que, a seu ver, “aprovada como espero por este Congresso, só irá reforçar os argumentos apresentados em Florença [5ª sessão da Conferência Geral da Unesco] de que o Brasil é o campo indicado para tais investigações” (*apud* Guerreiro Ramos, 1982, p. 241). Embora Guerreiro Ramos tenha procurado dar um perfil político à sua proposta à Unesco, considero que Costa Pinto viu no sociólogo baiano um aliado em sua luta para trazer a pesquisa para o Rio de Janeiro. No final de 1953, quando da publicação dos resultados da pesquisa da Unesco no Rio de Janeiro, houve uma polêmica entre Costa Pinto e Guerreiro Ramos. Sobre esse assunto, ver Maio (1997b). Embora Oracy Nogueira não tenha participado diretamente do 1º Congresso do Negro Brasileiro, seu trabalho, “Escravidão e abolicionismo numa comunidade do interior”, foi lido por Roger Bastide. Como se pode observar, antes mesmo de participar do Projeto Unesco, Oracy Nogueira já tinha presente em seu estudo de comunidade sobre Itapetininga (SP) — pesquisa referente à sua tese de doutorado na Universidade de Chicago — o tema das relações raciais. Sobre Oracy Nogueira, ver Cavalcanti (1999).
 - 16 Carta de Roger Bastide a Alfred Métraux, 9/9/1950. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), Unesco Archives.
 - 17 O químico industrial Paulo Estevão de Berredo Carneiro (1901-1981) foi delegado permanente do Brasil na Unesco, primeiro como ministro (1946-1958) e depois como embaixador (1958-1965). Foi também membro do comitê executivo da organização na maior parte do tempo em que esteve envolvido com o trabalho da agência internacional. Entre 1951 e 1952 foi presidente do Comitê Executivo da Unesco. Paulo Carneiro era positivista e seguia a tradicional visão da doutrina de Comte no Brasil a respeito da incorporação de índios e negros à civilização ocidental. Sobre o positivismo e as relações raciais no Brasil, ver Bastide (1947). Sobre Paulo Carneiro e o Projeto Unesco, ver Maio (1998b).
 - 18 Carta de Giorgio Mortara a Robert Angell, 1/8/1950. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), Unesco Archives.
 - 19 Um indicador do prestígio de Otto Klineberg junto ao *staff* do Departamento de Ciências Sociais da Unesco pode ser medido pela carta de Ruy Coelho a Charles Wagley. Nela, Coelho comunica a Wagley que “o Dr. Klineberg, que esteve em Paris durante pouco tempo e que nos deu a oportunidade de tirarmos proveito de seu intelecto arguto e de sua sólida experiência científica, concorda com vocês que Salvador é um caso um tanto especial. Ele recomenda São Paulo, onde as relações poderiam ser observadas não apenas entre brancos e negros, mas também entre muitos grupos minoritários de imigrantes: italianos, levantinos, japoneses, etc.” Carta de Ruy Coelho a Charles Wagley, 14/9/1950. Race questions & protection of Minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), Unesco Archives. A pesquisa realizada na cidade de São Paulo por Roger Bastide e Florestan Fernandes (1955) contemplou parcialmente as relações entre negros e diversos grupos de imigrantes.
 - 20 A primeira versão do documento de Alfred Métraux e Ruy Coelho não foi encontrada nos arquivos da Unesco.
 - 21 Antes de se tornar assistente de Alfred Métraux no Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, Ruy Coelho (1920-1990), no início dos anos 40, fazia parte de um ambiente intelectual profícuo associado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e ao grupo da revista *Clima*. Essa publicação, que era dirigida basicamente por alunos e ex-alunos da FFCL, exerceu uma influência singular no plano da cultura em São Paulo no período do Estado Novo. Neste sentido, Ruy Coelho chegou à Unesco com uma experiência acumulada pela influência francesa na USP, pela discussão de temas brasileiros em diversos níveis (Antropologia, Sociologia, Filosofia, Literatura) e pela experiência acadêmica norte-americana no plano dos estudos sobre etnicidade. Sobre a trajetória social e intelectual de Ruy Coelho, ver Pontes (1998).
 - 22 A idéia de uma análise comparativa já havia sido apresentada à discussão na 5ª sessão da Conferência Geral da Unesco, em maio e junho de 1950, quando ocorreu a escolha do Brasil. Para maiores detalhes a respeito desse debate, ver Maio (1998b, pp. 400-403).
 - 23 Embora não tenha tido papel de destaque no debate que gerou a 1ª Declaração sobre Raça da Unesco, Costa Pinto soube aproveitar o prestígio de Arthur Ramos, tanto entre os integrantes do fórum anti-racialista, quanto no Departamento de Ciências Sociais da instituição intergovernamental, no processo de definição do Brasil como campo de investigação (Unesco/SS/Conf. 1/SR 1, pp. 2-4, Unesco Archives).
 - 24 Embora destaque o pioneirismo de sua instituição de ensino na formulação do Projeto Unesco, apenas Costa Pinto, com a colaboração de seu conterrâneo, o etnólogo e jornalista Édison Carneiro, se envolveu na pesquisa do Rio de Janeiro. Nos dois relatórios de viagem apresentados por Alfred Métraux à direção do Departamento de Ciências Sociais da Unesco não há qualquer menção ao contato institucional com a então Faculdade Nacional de Filosofia, à qual pertenciam Arthur Ramos e Costa Pinto (Métraux, 1950 e 1951a). Para entender esse processo é necessário observar o processo de institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. Sobre esse tema, ver Almeida (1987), Oliveira (1995b) e Maio (1998a, pp. 22-28).

- 25 Carta de Donald Pierson a Robert Angell, 15/2/1950. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part I up to 30/VI/50 (BOX REG 145), Unesco Archives.
- 26 Embora o comitê tenha sido formalmente constituído, sua atividade foi de curta duração. Em carta a Alfred Métraux em que apresenta o seu projeto de pesquisa sobre as relações raciais em Itapetininga, interior de São Paulo, Oracy afirma ter enviado uma cópia do mesmo para Roger Bastide, “presidente da comissão que então se constituiu”. Carta de Oracy Nogueira a Alfred Métraux, 22/12/1950. Statement on race. REG file 323.12 A 102. Part I (BOX REG 146), Unesco Archives. Mario Wagner Vieira da Cunha lembra, em informação prestada ao autor (17/2/1997), que só participou de uma reunião da comissão. Essas informações confirmam, por um lado, o prestígio de Roger Bastide e, por outro, o caráter independente das pesquisas realizadas naquele estado.
- 27 Carta de Alfred Métraux a Melville Herskovits, 29/1/1951, p. 1. Statement on race. REG file 323.12 A 102. Part II (Box REG 147), Unesco Archives.
- 28 Hadley Cantril, professor de Psicologia Social da Universidade de Princeton e coordenador do projeto Tensions Affecting International Understanding, da Unesco, logo após o fórum Tensions that Cause Wars (Paris, verão de 1948), sondou informalmente Gilberto Freyre sobre a viabilidade de o sociólogo brasileiro vir a tornar-se diretor do Departamento de Ciências Sociais da Unesco. Em sua carta a Freyre, Cantril escreve: “Estive conversando nos últimos dias com os principais responsáveis pela direção da Unesco. Tiveram a gentileza de pedirme um conselho sobre um candidato para o cargo de diretor do Departamento de Ciências Sociais da Unesco. [Arvid] Broderson está como interino. Como o nosso programa está se expandindo e ganhando fôlego, torna-se cada vez mais fundamental que tenhamos um diretor que possua renome no campo, um pouco de sensibilidade e sabedoria e todas as demais qualificações que você conhece melhor do que eu. Mencionei seu nome, e pediram-me que lhe escrevesse informalmente para sondá-lo sobre o seu interesse pelo cargo. Teria de ser por um ano, ao menos, com a esperança, é claro, de que você quisesse ficar por mais tempo. Creio que o salário está em torno de US\$ 6.700, mas na verdade chega a quase US\$ 10.000”. Carta de Hadley Cantril a Gilberto Freyre, 13/8/1948, Arquivo do Instituto Gilberto Freyre. Em sua resposta a Hadley Cantril, Gilberto Freyre apresentou os motivos que o levou a recusar o convite. Em nova correspondência, Cantril agradece a carta de Freyre mas não entra em detalhes sobre as razões apresentadas pelo sociólogo pernambucano. Carta de Hadley Cantril a Gilberto Freyre, 21/9/1948, Arquivo do Instituto Gilberto Freyre. A carta de Gilberto Freyre a Hadley Cantril não foi encontrada. Apesar de não sabermos as razões apresentadas por Freyre, é importante lembrar que, na época, Gilberto Freyre era deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) e estava envolvido no projeto de criação de um instituto de pesquisa em Pernambuco.
- 29 É interessante observar como a visão de Métraux se assemelha à do escritor austriaco Stefan Zweig no que tange à imagem do Brasil como um país miscigenado, onde uma raça estava em constante processo de formação. Em livro que gerou enorme controvérsia na época de sua publicação, Zweig (1956 [1941], p. 115) afirmou que “há quatrocentos anos, na enorme caldeira deste país a massa humana, constantemente mexida e recebendo sempre novas substâncias, está cozinhando. Está esse processo definitivamente terminado, essa massa de milhões de seres já tomou forma própria, já se tornou uma substância nova? Existe hoje já alguma coisa que possamos denominar a raça brasileira, o brasileiro, a alma brasileira?”. As indagações de Stefan Zweig, que via sua civilização ser pervertida pelo nazismo, já traziam embutida a crença de que o Brasil representava o novo, a ausência de raças — ou melhor, uma população moldada pelas matrizes européia, africana e indígena, que formava uma “mistura nova que ainda fermenta eficazmente” (*idem*, p. 213).

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (1987), “Castelos de areia: dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. 1930-1964”. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Anpocs, 24: 41-60.
- ANDREWS, George Reid. (1991), *Blacks and whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison, University of Wisconsin Press.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. (1994), *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- AZEREDO, Paulo Roberto. (1986), *Antropólogos e pioneiros: a história da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*. São Paulo, FFLCH/USP.
- AZEVEDO, Thales. (1953), *Les élites de couleur dans une ville brésilienne*. Paris, Unesco.
- BASTIDE, Roger. (1947), “El positivismo brasileño y la incorporación del proletariado de color a la civilización occidental”. *Revista Mexicana de Sociología*, VIII, 3: 371-388.
- _____. (1973), *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo, Perspectiva.
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. (1955), *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, Anhembi.

- BILDEN, Rudiger. (1929), "Brazil, laboratory of civilization". *The Nation*, CXXVIII, 16 de janeiro: 71-74.
- CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. (1960), *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. (1999), "O aspecto humano de nossos dados: a relação Pierson/Nogueira, a etnografia e a abordagem das relações raciais", in M.C. Maio e G. Villas-Bôas (orgs.), *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*, Porto Alegre, Ed. da UFRGS, pp. 185-202.
- CORRÊA, Mariza. (1987), "Traficantes do simbólico", in M. Corrêa (org.), *História da Antropologia no Brasil (1930-1960). Testemunhos: Donald Pierson/Emilio Willems*, São Paulo, Vértice/Ed. da Unicamp.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. (1953), *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- FERNANDES, Florestan. (1960), "Prefácio", in F.H. Cardoso e Octávio Ianni, *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- FRAZIER, Franklin. (1942), "The negro family in Bahia, Brazil". *American Sociological Review*, 7, 4: 465-478.
- FRESTON, Paul. (1989), "Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife", in S. Miceli (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1, São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. (1954), "Interpelação à Unesco". *O Jornal*, 3 de janeiro, pp. 2-3.
- _____. (1982), "A Unesco e as relações de raça", in A. Nascimento, *O negro revoltado*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- HASENBALG, Carlos A. (1996), "Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil", in M.C. Maio e R.V. Santos (orgs.), *Raça, ciência e sociedade*, Rio de Janeiro, Ed. da Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil.
- HERSKOVITS, Melville. (1943), "The negro in Bahia, Brazil: a problem in method". *American Sociological Review*, VIII: 394-402.
- IANNI, Octavio. (1966), "O estudo da situação racial brasileira", in O. Ianni, *Raças e classes sociais no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- KLINBERG, Otto. (1946), *Introdução à Antropologia Social*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim LXXV, Psicologia, nº 1.
- _____. (1950), "Comments on memorandum regarding research on race relations in Brazil, 1/8/1950", in Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145). Unesco Archives, 7p.
- LANDES, Ruth. (1994[1947]), *The city of women*. Albuquerque, University of New Mexico Press.
- LIMONGI, Fernando. (1989), "A Escola Livre de Sociologia e Política", in S. Miceli (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, São Paulo, Idesp/ Vértice/Finep.
- MAIO, Marcos Chor. (1996), "A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos", in M.C. Maio e R.V. Santos (orgs.), *Raça, ciência e sociedade*, Rio de Janeiro, Editora da Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil.
- _____. (1997a), *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).
- _____. (1997b), "Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais". *Dados*, Rio de Janeiro, Iuperj, 40, 1: 127-162.
- _____. (1998a[1953]), "Costa Pinto e a crítica ao negro como espetáculo" (apresentação), in Luiz de Aguiar Costa Pinto, *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- _____. (1998b), "O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco". *História, Ciências, Saúde — Mangueiras*, Rio de Janeiro, Fiocruz, V (2): 375-413.
- _____. (1999a), "O diálogo entre Arthur Ramos e Costa Pinto: dos estudos afro-brasileiros à 'sociologização' da Antropologia", in M.C. Maio e G.Villas-Bôas (orgs.), *Ideais de modernidade e Sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 203-221.
- _____. (1999b), "Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto Unesco". *Tempo Social*, 11 (1): 111-136.

- MÉTRAUX, Alfred. (1950), "Unesco and the racial problem". *International Social Science Bulletin*, II, 3: 384-390.
- _____. (1951a), "Rapport au directeur général sur mission au Brésil (16 nov. - 20 déc. 1950)", in *Race questions & protection of minorities*. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), Unesco Archives, 7p.
- _____. (1951b), "Brazil: land of harmony for all races?". *Courier*, Unesco, April, p. 3.
- _____. (1952), "Rapport sur mission au Brésil, 29/10 a 12/12/1951", in *Statement on race*. REG file 323.12 A 102. Part II (Box REG 147), Unesco Archives, 7p.
- _____. (1978), *Itinéraires 1 (1935-1953)*. Paris, Payot.
- MÉTRAUX, Alfred e COELHO, Ruy. (1950), "Suggestions for research on race relations in Brazil", in *Race questions & protection of minorities*. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), Unesco Archives, 10 p.
- NASCIMENTO, Abdias. (1950), "Inaugurando o Congresso do Negro". *Quilombo*, ano II, 10, junho.
- _____. (1982[1968]), *O negro revoltado*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- NOGUEIRA, Oracy. (1955a), "Relações raciais no município de Itapetininga", in R. Bastide e F. Fernandes (orgs.), *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, São Paulo, Anhembi. (Reeditada com o título de *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga* pela Edusp em 1998.)
- _____. (1955b), "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem (Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil)". *Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas*, São Paulo, Anhembi.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1995a), "As ciências no Rio de Janeiro", in S. Miceli (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 2, São Paulo, Idesp/Sumaré/Finep.
- _____. (1995b), *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ.
- PIERSON, Donald. (1942), *Negroes in Brazil*. Chicago, University of Chicago Press.
- PONTES, Heloisa. (1998), *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo: 1940-1968*. São Paulo, Companhia das Letras.
- RAMOS, Arthur. (1938), "O espírito associativo do negro brasileiro". *Revista do Arquivo Municipal*, XLVII: 105-126.
- _____. (1939), *The negro in Brazil*. Washington, The Associated Publishers, Inc.
- _____. (1942), *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- _____. (1943), *Guerra e relações de raça*. Rio de Janeiro, Departamento Editorial da União Nacional dos Estudantes.
- _____. (1947), "Social pioneering", in L. Hill (org.), *Brazil*, California, University of California Press.
- _____. (1948), "Os grandes problemas da Antropologia brasileira". *Sociologia*, X, 4: 213-226.
- _____. (1951), "The negro in Brazil", in T.L. Smith e A. Marchant (orgs.), *Brazil: portrait of half a continent*, Nova York, The Dryden Press.
- RIBEIRO, René. (1956), *Religião e relações raciais*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
- SKIDMORE, Thomas E. (1993[1974]), *Black into white: race and nationality in Brazilian thought*. Durham, Duke University Press.
- VILHENA, Luís Rodolfo. (1997), "África na tradição das ciências sociais no Brasil", in L. R. Vilhena, *Ensaio de Antropologia*, Rio de Janeiro, Ed. da UERJ.
- VIOTTI DA COSTA, Emilia. (1985), "The myth of racial democracy: a legacy of empire", in E. Viotti da Costa, *The Brazilian empire: myths and histories*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press.
- WAGLEY, Charles. (1957), *Uma comunidade amazônica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- WAGLEY, Charles, AZEVEDO, Thales e COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. (1950), *Uma pesquisa sobre a vida social no Estado da Bahia*. Salvador, Publicações do Museu do Estado, nº 11.
- WAGLEY, Charles et al. (1952), *Race and class in rural Brazil*. Paris, Unesco.
- WINANT, Howard. (1994), "Rethinking race in Brazil", in H. Winant, *Racial conditions: politics, theory, comparisons*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- ZWEIG, Stefan. (1956[1941]), *Brasil: país do futuro*. Rio de Janeiro, Delta.